



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**07/11/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. DESEMBARGADORES.....	2
1.3. SEM ASSUNTO.....	3 - 4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. TJ-MA 200 ANOS.....	5 - 6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DESEMBARGADORES.....	7
3.2. EVENTOS.....	8
3.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	9
3.4. TJ-MA 200 ANOS.....	10
4. JORNAL EXTRA	
4.1. DECISÕES.....	11 - 12
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. PARCERIAS.....	13
5.2. TJ-MA 200 ANOS.....	14
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. COMARCAS.....	15
6.2. DECISÕES.....	16
6.3. DESEMBARGADORES.....	17
6.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	18 - 23
6.5. TJ-MA 200 ANOS.....	24
6.6. VARA CÍVEL.....	25 - 26

## **PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO É IMPLANTADO NO TJMA**

O Plenário do Tribunal de Justiça do aprovou, na sessão administrativa desta quarta-feira (06), o projeto de Resolução N° 52/2013, que institui o Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça estadual, como serviço informatizado de constituição, processamento de informações judiciais e prática de atos processuais por meio eletrônico, estabelecendo os parâmetros para implementação e funcionamento.

O projeto considerou recomendações de leis e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre os benefícios trazidos pela substituição da tramitação de processos em meio impresso pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade, qualidade da prestação jurisdicional e racionalização de recursos orçamentários.

## NOTA À IMPRENSA



*Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo.*

Em relação à matéria veiculada em um determinado periódico eletrônico, em 06 de novembro de 2013, intitulada "Dá para acreditar na Justiça dos homens?", o Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo vem a público esclarecer o seguinte:

1. Da leitura da referida notícia, onde informa que o Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo seria o novo Relator do Habeas Corpus impetrado em favor de Diego Caminha, segundo os meios jornalísticos, trata-se do genro do Presidente da Câmara Municipal de São Luís/MA, necessário se faz esclarecer que se trata de uma matéria inverídica e desprovida de fundamentos.

2. Sou Magistrado há mais de 30 (trinta) anos, de conduta ilibada e de grande respeito no Judiciário maranhense, sempre atuando com imparcialidade e respeito aos jurisdicionados.

3. Como é sabido, quando um processo é distribuído em regime de plantão, o Desembargador Plantonista analisa o pedido liminar, e após – ao deferir ou indeferir o pedido – determina a redistribuição dos processos para qualquer um

dos Desembargadores remanescentes competentes para julgar o processo. Nesse diapasão, o processo foi distribuído a minha relatoria, sem qualquer interferência desse magistrado.

4. Note-se, conforme movimentação do jurisprudente disponível na página de pesquisa do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – cujo teor segue anexo - o habeas corpus sequer foi recebido pelo meu Gabinete.

6. Registre-se, por oportuno, que não conheço o Vereador Pereirinha, ou qualquer parente seu, bem como, não tenho filho que atende pelo nome de "Ney" ou que seja ocupante de qualquer cargo público quer seja na administração municipal, estadual ou federal. Esclareço que o único filho que possuo trata-se de advogado civilista, sem qualquer atuação na esfera criminal ou possuidor de cargo público em qualquer tipo de esfera.

7. Deveria o Nobre Jornalista ter se valido dos meios disponíveis, confirmado a veracidade da informação a que teve acesso, e não simplesmente postado-a, como se verdade absoluta fosse, baseado apenas em hipóteses, que é a suposição do verídico que se procura.

8. Notícias dessa natureza atacam, de forma nefasta, a credibilidade de um Magistrado com mais de 30 (trinta) anos de atividade jurídica, a qual nunca respondeu um processo administrativo, que acima de tudo é um cidadão honesto que sempre atuou pautado na justiça, na imparcialidade e na livre convicção, não se deixando levar por pressões políticas, jornalísticas ou populares, pelo que assim continuará a agir.

*Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo.*

## Eliziane destaca dados do Anuário da Segurança Pública e pede que corte de orçamento seja evitado



➤ Deputada Eliziane Gama

## Eliziane destaca dados do Anuário da Segurança Pública e pede que corte de orçamento seja evitado



Deputada Eliziane Gama

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias, deputada estadual Eliziane Gama (PPS) destacou nesta quarta-feira (05/11) os dados divulgados pelo 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A parlamentar enumerou os dados relacionados à violência e aproveitou para pedir que o corte de orçamento direcionado para a Segurança e Poder Judiciário seja evitado.

“Quero fazer referência à questão da Segurança Pública e fazer destaque aos dados do Anuário Brasileiro da Segurança Pública que está sendo apresentado oficialmente hoje. Os números disponibilizados desde ontem são preocupantes para o Brasil. No meu entendimento, o ponto principal, é fazer a reflexão da situação de Segurança Pública, tanto referente ao trabalho ostensivo da polícia nas ruas, mas também a demora na ação dos processos na Jus-

tiça”, enfatizou.

Na tribuna Eliziane Gama apontou os dados registrados no Anuário relacionados aos crimes de estupro e homicídio. A parlamentar citou ainda outro dado preocupante referente à população carcerária e ao número crescente de casos de violência na capital maranhense.

“Tivemos aumento significativo de casos de estupros no Brasil, 18,17%, onde as mulheres são naturalmente as maiores vítimas, também tivemos crescimento no número de homicídios dolosos, que ainda representam grande preocupação no país. Em relação ao Maranhão, os dados mostram que no estado, 55,1% da população carcerária ainda não teve os processos julgados”, enumerou.

Eliziane também fez referência a necessidade de aparelhamento e condições de trabalho da polícia. Ela lembrou a manifestação realizada pelos militares no estado. “Recentemente os policiais

militares realizaram manifestação e amanhã haverá reunião nesta esta Casa, mais uma vez, com a categoria, que vem de uma luta ferrenha, pois foram obrigados a fazer uma greve, aqui no Maranhão e os pontos apresentados ainda não foram cumpridos pelo Estado”, lamentou.

Para a deputada outra grande preocupação são os problemas relacionados ao corte de orçamento. “A cada dia, novos casos de violência são registrados, em São Luís e nas demais cidades do interior do Maranhão. Somado a isso temos outro problema sério, que é corte no Orçamento. Hoje temos proposta de corte do Orçamento do Estado de oito milhões de reais para a segurança pública, o que é, de fato, preocupante”, destacou.

Na semana passada a parlamentar recebeu o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Gervásio Santos que pediu apoio para que as possíveis alterações no orçamento do Poder Judiciário sejam debatidas na Assembleia Legislativa.

“Hoje há mandado de segurança para evitar, porque o Estado também resolveu cortar 30% do custeio do Judiciário. Só depois desse mandado de segurança, naturalmente que observando todo o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e também as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi então evitado esse corte de aproximadamente 30% do custeio do Judiciário. É necessário ampliar

a estrutura do Judiciário para também termos agilidade no julgamento desses processos e assim fazer uma redução da população carcerária”, enfatizou.

A parlamentar finalizou o discurso pedindo sensibilidade dos demais parlamentares para evitar cortes no orçamento, principalmente na área da segurança e do Poder Judiciário.

“Espero que os colegas, especificamente através da Comissão de Orçamento, venhamos evitar esses cortes, porque trazem prejuízos graves para essa luta que todos enfrentamos, que é a luta por melhorias tanto no próprio Executivo da aplicação correta no Orçamento, mas também dos outros Poderes, como é o Poder Judiciário do Maranhão”, completou.

### Reunião Direitos Humanos

Na manhã desta quarta-feira, dia 06 de novembro, a Comissão de Direitos Humanos e das Minorias realizou mais uma reunião ordinária na Sala das Comissões e recebeu parentes de vítimas de confronto com a polícia. Na oportunidade a presidente da comissão conversou com familiares de Luís Leônidas Serra da Silva, de 21 anos, morador do Residencial Manaira, no município de Paço do Lumiar, que foi morto na madrugada do dia 08 de abril, na estrada de São José de Ribamar, nas proximidades do bairro Maiobão.

## Rigo Teles destaca festa dos 200 anos do TJ/MA e parabeniza Guerreiro Júnior



O deputado Rigo Teles (foto) disse na terça-feira (5), durante pronunciamento na tribuna da Assembleia, que o dia 4 de novembro foi uma data que vai ficar marcada na história do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão: O aniversário de 200 anos do Poder Judiciário do Estado do Estado do Maranhão, que teve seu trabalho reconhecido, por meio do seu presidente, o desembargador Antônio Guerreiro Júnior e todos os membros da Corte.

**PÁGINA 3**

## *Rigo Teles destaca festa dos 200 anos do TJ/MA e parabeniza Guerreiro Júnior*



**Deputado Rigo Teles com Guerreiro Júnior**

O deputado Rigo Teles (PV) disse na terça-feira (5), durante pronunciamento na tribuna da Assembleia, que o dia 4 de novembro foi uma data que vai ficar marcada na história do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão: O aniversário de 200 anos do Poder Judiciário do Estado do Estado do Maranhão, que teve seu trabalho reconhecido, por meio do seu presidente, o desembargador Antônio Guerreiro Júnior e todos os membros da Corte.

O parlamentar destacou que foi homenageado com a medalha alusiva aos 200 anos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, acompanhado de deputados federais, senadores, da governadora Roseana Sarney (PMDB), e dos deputados estaduais maranhenses, representados pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Arnaldo Melo (PMDB).

Para Rigo Teles, o presi-

dente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, é realmente uma pessoa que tem mostrado trabalho e empenho no poder Judiciário do Estado do Maranhão, reconhecidos por todos os desembargadores, juízes, servidores, pela sociedade maranhense de maneira geral e pelos poderes Executivo e Legislativo.

No pronunciamento, Rigo Teles parabenizou o desembargador Guerreiro Júnior e todos os desembargadores e desembargadoras com assento na Corte de Justiça. "A Medalha dos 200 anos do TJ/MA marcou minha vida e de meus familiares, pelo reconhecimento do nosso trabalho. Enquanto tivermos assento nesta Casa e fora dela, o reconhecimento dos desembargadores e das desembargadoras ficará marcado em nossa história. Foi uma honra", afirmou.

### **Sem falta I**

O desembargador-presidente do TRE, José Bernardo Rodrigues, foi alcançado ontem, no fim da manhã, por um telefonema da presidente do TSE, ministra Carmém Lúcia.

O telefone tocou durante sessão do Tribunal de Justiça e na conversa a ministra "convocou" o desembargador para estar em Belo Horizonte na sexta-feira.

Para participar, ao seu lado, do balanço que ela fará dos seus dois anos à frente da Justiça Eleitoral do país.

### **Sem falta II**

Na conversa, a ministra Carmém Lúcia disse ao desembargador José Bernardo Rodrigues que a presença dele em BH será de grande importância.

Primeiro porque como presidente do TRE ele comanda uma gestão voltada para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral.

E depois porque foi um dos presidentes de TREs que mais apoiou as mudanças implantadas por ela no TSE.

#### **Esmam Cultural**

A 6ª edição do projeto cultural da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) fará homenagem à data histórica de instalação da corte estadual - a terceira mais antiga do Brasil. O evento acontecerá no dia 22 de novembro, a partir das 17h, no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, Centro Histórico, o projeto contará com shows musicais, exposição de fotografias, poesia, artesanato, espetáculos teatrais, dentre os quais a peça "Pão com Ovo", da Santa Ignorância Companhia de Artes. A entrada é gratuita.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**EDITAL DE CITAÇÃO**

PROCESSO N.º: 27008-81.2009.8.10.0001 (270082009)  
CLASSE CNJ: Execução de Título Extrajudicial  
EXEQUENTE (S): BANCO DA AMAZÔNIA S.A  
EXECUTADO (S): W E A DE SOUSA COMÉRCIO

O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

**FINALIDADE**

**FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida, **W E A DE SOUSA COMERCIO**, e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para pagar no prazo de 3 (três) dias, contados da citação, o valor de R\$ 121.328,13 (cento e vinte e um mil, trezentos e vinte e oito e treze centavos) ou nomear bens a penhora, sob pena de serem penhorados quantos bastem para garantir a execução.

**OBSERVAÇÃO:** fica (m) ciente (s) o (s) executado (s) de que dispõe (m) do prazo legal de 15 (quinze) dias para oferecer embargos a execução, a contar do término do prazo do edital.

**ADVERTÊNCIA:** No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade, por força do parágrafo único do artigo 652- A, do CPC.

**ADVERTÊNCIA:** Fica advertido o suplicado que prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias, que começa a partir da 1ª publicação

**São Luis, 04 de Outubro de 2013**  
**Tyrone Jose Silva**  
**Juiz de Direito da 4ª Vara Cível**

# Hélio Soares destaca 200 anos do TJ e faz balanço positivo da atual gestão

Parlamentar diz que o presidente Guerreiro Júnior teve mandato com ações positivas

**Gilberto Léda**  
Da editoria de Política

O deputado Hélio Soares (PP) ocupou a tribuna, na manhã de ontem, para destacar o trabalho do Tribunal de Justiça. Em seu discurso, o parlamentar também destacou os 200 anos do Poder Judiciário do Maranhão, cuja data foi comemorada na segunda-feira.

Hélio Soares lembrou que o TJ-MA, na atual gestão, deixou a 26ª posição para chegar ao 4º lugar no ranking nacional de produtividade, em matéria de Justiça de segundo grau. "O desembargador Guerreiro Júnior caminha para encerrar uma gestão eivada de ações que contribuíram para dar respostas mais céleres à nossa sociedade", afirmou Hélio Soares.

Ele informou que, na gestão de Guerreiro Júnior, foram inaugurados sete Fóruns, além de reformas em Comarcas e Juizados do Estado. Foram criadas mais três vagas a desembargadores, 31 vagas

abertas para concurso de juiz e 600 servidores foram convocados durante a sua gestão.

Hélio Soares salientou que Guerreiro Júnior assegurou avanços no que diz respeito à estruturação da Justiça do Maranhão, aumentou a produtividade e repôs o pagamento de 11% aos servidores do Tribunal de Justiça e iniciou o pagamento da reposição salarial de 11,98% em conformidade com a decisão do STF.

Em seu discurso, o deputado frisou que as conquistas da gestão de Guerreiro Júnior somente tornaram-se possíveis graças à participação efetiva dos demais desembargadores e servidores.

Ao encerrar seu discurso, Hélio Soares destacou a importância da solenidade dos 200 anos de fundação do TJMA, realizada na segunda-feira à noite, ocasião em que aconteceu a entrega de 718 exemplares da medalha dos 200 anos da Justiça do Maranhão.

Representante das três esferas do Poder estiveram presentes, além de representantes dos diversos segmentos da sociedade maranhense, entre eles a governadora Roseana e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo.

Juiz diz improcedente  
ação do major Miguel  
Gomes contra o  
jornalista 'Pé de Bola'  
PÁGINA 3

# Juiz julga improcedente ação do major da PM Miguel Gomes contra o jornalista Luis Cardoso

Em decisão sensata e de acordo com a visão que coincide com o pensamento da ampla maioria dos ministros membros do Supremo Tribunal Federal, o titular da Comarca de Colinas, juiz Marcelo Elias Matos, julgou improcedente a ação do comandante do Destacamento Militar daquele município, major PM Miguel Gomes Neto, que queria que o titular do blog do Luis Cardoso fosse condenado a pagar R\$ 27.400,00 por danos morais.

O militar entendeu que um comentário feito ao blog numa postagem em que se trata se provável desvio de recursos na manutenção e conserto de viaturas e de outro em que um comentarista diz que os comandantes dos

destacamentos bancam o comandante geral da PM, coronel Franklin Pacheco, sem apresentar nenhuma prova, gerava danos morais e atingia sua imagem.

São mais de 28 processos patrocinados por oficiais militares a respeito da mesma postagem, levando o titular do blog a participar de audiências em diversas comarcas da capital e principalmente do interior do Maranhão, gastando um volume alto de dinheiro com combustível, hospedagem, refeições, além de perder tempo demais, prejudicando suas postagens.

O juiz despachou a decisão na data posterior à audiência realizada no dia 21 de outubro deste ano. O magistrado diz que "examinando o

extrato não verifico qualquer ofensa à moral pessoal do requerido, mas comentários gerais sem qualquer alusão individual ao trabalho ao à personalidade do requerente, major Miguel Gomes Neto, que em nenhum momento é citado pelo requerido ou por qualquer comentários existente no blog".

Para o juiz, "não obstante o conceito de ofensa à personalidade ser subjetivo, não vislumbro como um comentário geral possa causar abalo à honra individual. Ademais, a defesa da honra do Comando da Polícia Militar deve ser exercida pela Procuradoria Geral do Estado, e não individualmente pelos Comandantes".

E finaliza o magistrado: Antes o exposto, JULGO IM-

PROCEDENTE O PEDIDO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 269 I do CPC".

Para que se tenha ideia da manutenção da liberdade de expressão e em desfavor de tentativas de manipular as leis para encurralar jornalistas e blogueiros, diversos ministros do STF estão derrubando ações providas por Tribunais de Justiça dos Estados, como uma mais recente que favoreceu o jornalista Paulo Henrique Amorim numa ação promovida pelo banqueiro Daniel Dantas.

Em casos de comentários em blogs, Tribunais estão derrubando sentenças de juízes que eram desfavoráveis a blogueiros e jornalistas. É a Justiça fazendo e mantendo a Justiça.

## IMPORTÂNCIA

# Primeira Unidade Interligada Registro Civil de Nascimento

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), como responsável pela Campanha do Registro Civil de Nascimento no Maranhão, destacou a importância da instalação da primeira Unidade Interligada para emissão de Registro Civil de Nascimento, em São José de Ribamar, ocorrida nesta terça-feira (5).

A ação marcou o início da implantação dos postos avançados de serviço que serão instalados em 34 municípios, nas maternidades e hospitais que realizam partos. As unidades estarão conectadas a um sistema de informação online, onde todos os documentos apresentados pelos pais ou responsáveis serão digitalizados e enca-

minhados para o cartório do município. Em seguida, a certidão é enviada via internet para a maternidade, onde será devidamente impressa.

Para a secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira, o projeto tem o objetivo de contribuir para a garantia de acesso aos direitos humanos e marca um trabalho pioneiro. "Desta maneira estaremos erradicando o sub-registro e garantindo que crianças recém-nascidas sejam registradas ainda na maternidade. Com isso, temos desenvolvido em nosso estado, atividades pioneiras na erradicação do sub-registro", declarou Luiza Oliveira.

O secretário de Estado de Infraestrutura, Luís Fernando,

enfatizou a relevância deste trabalho para que o sub-registro seja totalmente erradicado no Maranhão. "Garantindo a Certidão de Nascimento aos recém-nascidos, estaremos garantindo outros direitos básicos aos cidadãos. Portanto, este foi um importante passo dado pelo Governo do Maranhão para levar mais dignidade e cidadania a nossa população", afirmou o secretário.

Para que o funcionamento das Unidades Interligadas fosse possível, no mês de outubro, a Sedihc e o Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), realizaram durante três dias o seminário "Registro Civil de Nascimento: Maternidades Humanizadas e a Tecnologia a

Serviço da Cidadania". Com isso, profissionais dos cartórios, de hospitais e maternidades que atuarão nas Unidades Interligadas de Registro Civil de Nascimento puderam receber a capacitação necessária para início das atividades.

O programa foi estabelecido pelo Provimento nº 13, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e determina a interligação das unidades e a certificação digital, além de garantir a autenticidade dos registros emitidos. O sistema foi desenvolvido pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo (Arpen-SP) e foi disponibilizado gratuitamente para o Maranhão após convênio assinado pela CNJ.

## BICENTENÁRIO

# Costa Ferreira recebe homenagem do TJMA



**O deputado federal durante entrega da "Medalha 200 anos"**

O Tribunal de Justiça do Maranhão celebrou a passagem do aniversário de 200 anos de instalação da corte estadual com solenidade realizada na segunda-feira (4), no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís. Na ocasião, o deputado federal Costa Ferreira (PSC-MA), foi homenageado com a entrega da "Medalha 200 anos", comemorativa do bicentenário.

Costa Ferreira parabenizou o TJ-MA pelos serviços prestados e pelos avanços conquistados ao longo dos 200 anos. "É muito gratificante participar deste momento tão extraordinário para a história do Tribunal de Justiça que exprime as grandes conquistas e serviços prestados à população", disse.

A homenagem foi concedida a magistrados da capital e interior do estado e diversas autoridades

do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de servidores e representantes da sociedade civil. O presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, informou que a Medalha 200 anos é "única e especial", por ter sido confeccionada, exclusivamente, para as homenagens em torno do aniversário do Tribunal.

Participaram ainda, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney Murad; o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado estadual Arnaldo Melo; a subprocuradora-geral do Ministério Público do Estado, Terezinha Guerreiro; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Gervásio Protásio dos Santos Júnior; o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcos Vinicius Furtado Coêlho, entre outros.

## Tribunal de Justiça recebe ação contra ex-prefeita de Timon

As Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça deram provimento aos recursos (embargos infringentes) interpostos pelo Ministério Público Estadual (MP) para receber ação civil pública contra a ex-prefeita de Timon Socorro Waquim, por improbidade administrativa.

Consta no processo que, após auditoria realizada no período de janeiro de 2001 a março de 2008, foram observados descontos das contribuições da remuneração dos servidores públicos no valor de R\$ 1,6 milhão, sem o devido repasse ao Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) do município.

Consta, ainda, a não reali-

zação de dois repasses mensais referentes, respectivamente, à folha de benefícios de responsabilidade do tesouro municipal e ao pagamento das contribuições previdenciárias descontadas dos servidores da ativa, no valor de R\$ 870.752, além do não pagamento de acordo firmado para quitação de débitos do período de julho de 2007 a abril de 2008.

De acordo com os autos, a partir das constatações do MP, o juízo da 4ª Vara da comarca de Timon recebeu a referida ação civil pública, que foi objeto de recurso (agravo de instrumento) ao TJ-MA, por parte de Socorro Waquim.

- O Tribunal de Justiça aprovou, ontem, projeto de Lei Complementar criando um Órgão Especial para julgamento de processos em segundo grau de jurisdição.
- As competências e atribuições do novo órgão serão definidas no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (LC nº 14/1991) e no Regimento Interno do TJ-MA.

## Nota à imprensa

Em relação à matéria veiculada em um determinado periódico eletrônico, em 6 de novembro de 2013, intitulada “Dá para acreditar na Justiça dos homens?”, o Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo vem a público esclarecer o seguinte:

1. Da leitura da referida notícia, onde informa que o Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo seria o novo Relator do Habeas Corpus impetrado em favor de Diego Caminha, segundo os meios jornalísticos, trata-se do genro do Presidente da Câmara Municipal de São Luís/MA, necessário se faz esclarecer que se trata de uma matéria inverídica e desprovida de fundamentos.

2. Sou Magistrado há mais de 30 (trinta) anos, de conduta ilibada e de grande respeito no Judiciário maranhense, sempre atuando com imparcialidade e respeito aos jurisdicionados.

3. Como é sabido, quando um processo é distribuído em regime de plantão, o Desembargador Plantonista analisa o pedido liminar, e após – ao deferir ou indeferir o pedido – determina a redistribuição dos processos para qualquer um dos Desembargadores remanescentes competentes para julgar o processo. Nesse diapasão, o processo foi distribuído a minha relatoria, sem qualquer interferência desse magistrado.

4. Note-se, conforme movimentação do juriconsulto disponível na página de pesquisa do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – cujo teor segue anexo – o habeas corpus sequer foi recebido pelo meu Gabinete.

6. Registre-se, por oportuno, que não conheço o Vereador Pereirinha, ou qualquer parente seu, bem como, não tenho filho que atende pelo nome de “Ney” ou que seja ocupante de qualquer cargo público quer seja na administração municipal, estadual ou federal. Esclareço que o único filho que possuo trata-se de advogado civilista, sem qualquer atuação na esfera criminal ou possuidor de cargo público em qualquer tipo de esfera.

7. Deveria o Nobre Jornalista ter se valido dos meios disponíveis, confirmado a veracidade da informação a que teve acesso, e não simplesmente postado-a, como se verdade absoluta fosse, baseado apenas em hipóteses, que é a suposição do verídico que se procura.

8. Notícias dessa natureza atacam, de forma nefasta, a credibilidade de um Magistrado com mais de 30 (trinta) anos de atividade jurídica, a qual nunca respondeu um processo administrativo, que acima de tudo é um cidadão honesto que sempre atuou pautado na justiça, na imparcialidade e na livre convicção, não se deixando levar por pressões políticas, jornalísticas ou populares, pelo que assim continuará a agir.

Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo

  
Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

EDT-CDR - 62013  
(relativo ao Processo 109922013 )  
Código de validação: D07AB90B92

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Intimamos RÔMULO DOS SANTOS GALVÃO, portador do CPF N° 019.352.623-94 e RG N° 018359120013, atualmente em lugar incerto e não sabido, em atenção ao Despacho da Diretoria Geral da Secretaria constante do Processo n° 10992/2013-TJ para, **no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias**, a contar da ciência deste comunicado, proceder à restituição ao erário do valor de R\$ **504,00 (quinhentos e quatro reais)**, em razão de sua exclusão do convênio firmado com a Prefeitura de Raposa, ou apresentar os motivos de sua recusa junto à Diretoria de RH ou ao Protocolo Administrativo deste Tribunal, exercendo, assim, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Coordenadoria de Direitos e Registros, em 17.06.2013.

**JULIO CESAR SILVA COSTA**  
Coordenador de Direitos e Registros, em Exercício  
Coordenadoria de Direitos e Registros  
Matrícula 119438

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 17/06/2013 13:40 (JULIO CESAR SILVA COSTA)



Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça  
4ª Vara Cível da Comarca de São Luís

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20  
(VINTE) DIAS**

PROCESSO Nº: 22869-86.2009.8.10.0001

CLASSE CNJ:Monitória

PARTÉ(S) REQUERENTE (S): CEUMA - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR  
PARTÉ(S) REQUERIDA (S): BELCHIOR SALOMÃO ENGENHARIA E SERVIÇOS  
LTD.A

O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

**FINALIDADE**

**FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITAÇÃO/INTIMAÇÃO de BELCHIOR SALOMÃO ENGENHARIA E SERVIÇOS LTD.A**, na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de **15 (quinze) dias**, pagar o valor de **R\$ 787,03 (setecentos e oitenta e sete reais e três centavos)**, ou oferecer embargos, sob pena de conversão em mandado executivo. Não sendo oferecidos embargos, no prazo assinado, e cumprido o suplicado o que determina esta citação, ficará isenta do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, e eventuais juros, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para contestar a ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias.

**OBSERVAÇÃO:** O prazo para embargar a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, a contar do prazo final da publicação do edital.

**ADVERTÊNCIA:** Não sendo embargada a ação, presumir-se-ão acertos pela parte ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.

**ADVERTÊNCIA:** Fica advertido o suplicado de que o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 13 de maio de 2013

  
TYRONE JOSÉ SILVA  
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

Forum "Desembargador Sarney Costa" Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº - Caixa - São Luís (MA)  
CEP: 66076-820 Fone: (98) 3194 5473 - e-mail: secret\_4jtr@tjma.jus.br



Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

EDT-CDR - 82013  
( relativo ao Processo 258182012 )  
Código de validação: 3669735679

Intimamos RAFAEL LEONARDO GONÇALVES FONTES, portador do CPF Nº 615.102.203-30 e RG. Nº 118773399-4, atualmente em lugar incerto e não sabido, em atenção ao DESPACHO-GDG-27212013, do Gabinete do Diretor Geral, constante do Processo nº 25818/2012-TJ para, **no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias**, a contar da ciência deste comunicado, proceder à restituição ao erário do valor de R\$ 2.199,16 (dois mil, cento e noventa e nove reais e dezesseis centavos), percebidos em razão de sua exoneração do cargo de Técnico Judiciário ou apresentar os motivos de sua recusa, junto à Diretoria de RH ou ao Protocolo Administrativo deste Tribunal, exercendo, assim, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Coordenadoria de Direitos e Registros, em 30.07.2013.

RAKEL DOURADO DE OLIVEIRA  
Coordenadora de Direitos e Registros, em Exercício  
Coordenadoria de Direitos e Registros  
Matrícula 157701

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 30/07/2013 12:33 (RAKEL DOURADO DE OLIVEIRA)

  
Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

EDT-CDR - 22013  
( relativo ao Processo 331102011 )  
Código de validação: 8F5DA92D7B

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Intimamos LUCIANO CÂMARA MENEZES, portador do CPF N° 917.952.764-91 e RG. N° 1564504, atualmente em lugar incerto e não sabido, em atenção ao Despacho da Diretoria Geral da Secretaria constante do Processo n° 33110/2011-TJ para, **no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias**, a contar da ciência deste comunicado, proceder à restituição ao erário do valor de R\$ 7.245,85 (sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), percebidos em razão de sua exoneração do cargo de Assessor de Juiz, ou apresentar os motivos de sua recusa, junto à Diretoria de RH ou ao Protocolo Administrativo deste Tribunal, exercendo, assim, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Coordenadoria de Direitos e Registros, em 11.04.2013.

MARIA NELMA PIRES BATISTA  
Coordenadora de Direitos e Registros, em Exercício  
Coordenadoria de Direitos e Registros  
Matrícula 14159

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 11/04/2013 15:53 (MARIA NELMA PIRES BATISTA)



Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

**EDT-CDR - 112013**  
( relativo ao Processo 179292013 )  
Código de validação: A889033392

### EDITAL DE INTIMAÇÃO

Intimamos LUCIANO ALMEIDA SANTOS, portador do CPF N° 497.618.973-20 e RG. N° 97002445266, atualmente em lugar incerto e não sabido, em atenção ao DESPACHO-GDG - 30432013, do Gabinete do Diretor Geral, constante do Processo n° 17929/2013-TJ para, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da ciência deste comunicado, proceder à restituição ao erário do valor de R\$ 2.504,14 (dois mil, quinhentos e quatro reais e quatorze centavos), em razão de sua exoneração do cargo em comissão de Secretário Judicial de Entrância Inicial, ou apresentar os motivos de sua recusa, junto à Diretoria de RH ou ao Protocolo Administrativo deste Tribunal, exercendo, assim, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Coordenadoria de Direitos e Registros, em 20.08.2013.

**RAKEL DOURADO DE OLIVEIRA**  
Coordenadora de Direitos e Registros, em Exercício  
Coordenadoria de Direitos e Registros  
Matricula 157701

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 20/08/2013 10:08 (RAKEL DOURADO DE OLIVEIRA)



Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

EDT-CDR - 102013  
( relativo ao Processo 94362012 )  
Código de validação: 516B19A71E

#### EDITAL DE INTIMAÇÃO

Intimamos JOÃO DOS SANTOS FARIAS, portador do CPF N° 225.015.333-72 e RG. N° 293972, atualmente em lugar incerto e não sabido, em atenção ao DESPACHO-GDG - 28282013, do Gabinete do Diretor Geral, constante do Processo n° 9436/2012-TJ para, **no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias**, a contar da ciência deste comunicado, proceder à restituição ao erário do valor de R\$ 1.361,28 (um mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos), em razão de retificação de progressão funcional, ou apresentar os motivos de sua recusa, junto à Diretoria de RH ou ao Protocolo Administrativo deste Tribunal, exercendo, assim, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Coordenadoria de Direitos e Registros, em 05.08.2013.

RAKEL DOURADO DE OLIVEIRA  
Coordenadora de Direitos e Registros, em Exercício  
Coordenadoria de Direitos e Registros  
Matrícula 157701

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 05/08/2013 17:35 (RAKEL DOURADO DE OLIVEIRA)

## HOMENAGEM

O reitor da UFMA, Natalino Salgado Filho foi um dos agraciados com a medalha comemorativa dos 200 anos de existência do Tribunal de Justiça do Maranhão, considerado o quarto tribunal mais antigo do Brasil.

O reitor Natalino Salgado Filho disse sentir-se honrado pela home-

nagem que lhe foi prestada e ofereceu a sua medalha para toda a comunidade acadêmica, ressaltando que o trabalho que tem feito à frente da instituição é resultado do esforço empreendido por todos os que vivem a Universidade Federal do Maranhão.



**O REITOR NATALINO Salgado Filho com a Desembargadora Cleonice Freire**



**AQUI, ELE apresenta a medalha recebida**

APÓS NOTIFICAÇÃO DA JUSTIÇA

# Moradores da Vila Maranhão recuam da decisão de interditar a Ferrovia Carajás

JULLY CAMILO

A comunidade do Sitinho, na Vila Maranhão, suspendeu no fim da manhã de ontem o protesto que resultaria em uma nova interdição do trecho situado no KM 0 da Estrada de Ferro de Carajás (EFC). A decisão foi tomada após uma notificação judicial, expedida pelo juiz titular da 16ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Ailton Castro Aires, de reintegração de posse, em favor da mineradora, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ 1 mil.

A comunidade voltou a se reunir ontem com o corpo técnico e jurídico da Vale, no intuito de cobrar indenizações para a retirada de pelo menos 40 famílias, que residem na Rua Alto da Paz, no Bairro Sitinho, e estão sendo afetadas diretamente pela trepidação provocada com a passagem diárias dos trens, mas não houve acordo.



REPRESENTANTES DO SITINHO discutem com corpo técnico da Vale sobre problemas da comunidade

Segundo a líder comunitária Rose Anne Broxedo, de 31 anos, na terça-feira (5), os moradores interditaram com galhos e pneus em chamuscas o acesso às obras de expansão da ferrovia e o Km 0 da EFC, por aproximadamente oito horas.

Ela explicou que os manifestantes exigem uma indenização por parte da Vale para que possam deixar a área e adquirir imóveis em outra região, que não seja afetada pela passagem do trem e pelas obras de expansão da estrada de ferro.

"Antes, queríamos ficar aqui e pedimos apenas que os nossos imóveis que foram danificados pela trepidação, fossem reparados. Mas, segundo um laudo técnico encomendado pela Vale, as rachaduras e danos nos telhados, portas e janelas, não eram em consequência da passagem diárias dos 12 trens - carga e passageiro, que trafegam praticamente em nossos quintais e o problema seguiu sem solução. Agora, entendemos que essas obras nunca irão parar,

afinal a empresa tende a crescer e por isso os nossos danos serão ainda maiores. Portanto, queremos ir embora, e a mineradora deve nos indenizar por isso", afirmou.

O carpinteiro Ednaldo Aguiar, de 37 anos, disse que já perdeu as contas dos prejuízos acumulados por ele e pelos familiares, que também residem na área. Ele contou que as paredes de sua casa apresentam rachaduras, o telhado está cheio de goteiras por conta do afastamento das telhas, e as janelas e portas estão empenadas, em decorrência da trepidação provocada pelos trens da Vale.

"Os nossos poços estão secando, só na minha casa já é o segundo que mando cavar e também já está quase seco. Na casa da avó da minha mulher o poço também secou. A poeira em decorrência da obra e o resíduo de minério que é jogado aqui está nos matando aos poucos. Um dos meus filhos já contraiu por três vezes pneumonia e os outros vivem doentes. A nossa vege-

tação está sendo devastada pelas obras da Vale que mantêm seu maquinário ativo 24 horas por dia, sem descanso. A intenção agora era cortar umas barreiras que existem próximas de nossas casas para retirar material de entulho, transformando o trecho em verdadeiros abismos. Como consequência, no período chuvoso isso aqui viraria um barranco e a enxurrada arrastaria tudo o que tivesse pela frente. Por tudo, isso não temos mais condições de continuar aqui, precisamos de condições para morar em outro lugar seguro e habitável", disse ele.

De acordo com o gerente de Relações com a Comunidade, da Vale, Dorgival Pereira, o corte das barreiras para a retirada de entulho foi cancelado e um caminhão-pipa, permanecerá na área, durante o período de obras, a fim de molhar o solo e conter a propagação da camada de poeira.

Ele relatou ainda, que o Ministério Público Federal (MPF) está conduzindo as

questões referentes às solicitações de indenizações por parte dos moradores, e, portanto, a Vale não pode interferir no respectivo processo, tendo somente que aguardar o desfecho por parte da Justiça, uma vez que a mineradora possui um laudo técnico, de uma empresa de Belo Horizonte, que afirma que a trepidação provocada pela passagem dos trens não tem força potencial para causar rachaduras.

Sem acordo, e com a intenção de bloquear novamente a EFC, os moradores acabaram suspendendo o movimento, após o recebimento da liminar judicial, que os impedia, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil, de restringir a livre circulação dos trens e obstrução de qualquer trecho da ferrovia, impedindo o trabalho de operação da Vale. A comunidade, que ainda mantinha o bloqueio com galhos de árvores nas vias de acesso às obras daquela região, liberou o tráfego, por volta das 11h de ontem (6).